

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
TOCANTINS
CAMPUS ARAGUATINS
CURSO DE LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO**

MAYRA MARINA GARCIA DE SOUSA

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL: UM BREVE OLHAR SOBRE POLÍTICAS
EDUCACIONAIS**

**ARAGUATINS - TO
2025**

MAYRA MARINA GARCIA DE SOUSA

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL: UM BREVE OLHAR SOBRE POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso Licenciatura em Computação
da Unidade Araguatins - TO do Instituto Federal do
Tocantins, como exigência à obtenção do título de
Licenciado(a) em Licenciatura em Computação.

Orientador(a): Prof. Esp. Judson Franciel Barros Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecas do Instituto Federal do Tocantins

S725e Sousa, Mayra Marina Garcia de
 Educação inclusiva no Brasil: um breve olhar sobre políticas
educacionais. / Mayra Marina Garcia de Sousa. – Araguatins, TO,
2025.
 49 p. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Computação)
– Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins,
Campus Araguatins, Araguatins, TO, 2025.

Orientador: Esp. Judson Franciel Barros Silva

1. Educação Inclusiva. 2. Políticas Públicas. 3. Formação
Docente. I. Silva, Judson Franciel Barros. II. Título.

CDD 004

A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio, deste documento é autorizada para fins
de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica do IFTO com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a).



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Araguatins

FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO DO TRABALHO: EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL: UM BREVE OLHAR SOBRE POLÍTICAS EDUCACIONAIS.

AUTOR: MAYRA MARINA GARCIA DE SOUSA

ORIENTADOR: PROF. ESP. JUDSON FRANCIEL BARROS SILVA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, *Campus* Araguatins, como parte das exigências para a conclusão do Curso de Licenciatura em Computação.

Aprovado em 25 de junho de 2025.

Prof. Esp. Judson Franciel Barros Silva
Presidente da Banca

Prof. Me. Rogério Pereira de Sousa
Primeiro avaliador

Prof. Dr. Claudio de Sousa Galvão
Segundo avaliador



Documento assinado eletronicamente por **Judson Franciel Barros Silva, Servidor**, em 25/06/2025, às 16:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Pereira de Sousa, Servidor**, em 25/06/2025, às 16:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Claudio de Sousa Galvao, Servidor**, em 25/06/2025, às 16:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.iftto.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2817924** e o código CRC **E31A8411**.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha família que sempre me apoiou, compreendeu e me fortaleceu, às pessoas que acreditaram em mim e me incentivaram, aos meus colegas e professores que fazem parte dessa trajetória.

AGRADECIMENTO

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, pela força e perseverança durante toda essa caminhada acadêmica.

A minha mãe e familiares, pelo amor incondicional, apoio e incentivo que nunca me faltaram, mesmo nos momentos mais desafiadores.

Aos meus professores e ao meu orientador Professor Judson Franciel Barros Silva, pela paciência, sabedoria e contribuições valiosas para a realização deste trabalho. Suas orientações foram fundamentais para que eu pudesse trilhar esse caminho com mais segurança e clareza.

Aos meus colegas de curso, por compartilharem essa jornada acadêmica comigo, proporcionando trocas de conhecimento, experiências e apoio mútuo.

Aos amigos e todos que, de alguma forma, contribuíram para que este projeto se tornasse realidade, seja com palavras de encorajamento, seja com gestos de carinho e compreensão.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que lutam diariamente por uma educação inclusiva, cuja dedicação e esforço me inspiraram a desenvolver este trabalho.

**“A inclusão acontece quando
se aprende com as diferenças
e não com as igualdades.”**
Paulo Freire

RESUMO

Este trabalho tem como foco principal descrever e analisar a trajetória histórica da educação inclusiva, abrangendo desde períodos históricos remotos até a atualidade. Destaca-se a importância da criação e implementação de políticas públicas que assegurem a inclusão, com especial atenção para a acessibilidade e a promoção da igualdade de oportunidades. Por meio de uma revisão bibliográfica detalhada, o estudo examina os avanços, desafios e perspectiva do trabalho educativo inclusivo, ressaltando as barreiras enfrentadas no ambiente escolar. Essas barreiras incluem a falta de formação adequada para professores, dificuldades de adaptação curricular e limitações estruturais nas instituições de ensino. Além disso, discute-se a relação intrínseca entre a educação inclusiva, os direitos humanos e a cidadania, evidenciando como as políticas públicas podem transformar o contexto educacional e social. Por fim, enfatiza-se a necessidade de práticas pedagógicas inovadoras que valorizem a diversidade e promovam uma convivência mais justa e inclusiva.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Políticas Públicas. Acessibilidade. Diversidade.

ABSTRACT

This paper primarily aims to describe and analyze the historical trajectory of inclusive education, covering periods from remote history to the present day. It highlights the importance of creating and implementing public policies that ensure inclusion, with a particular focus on accessibility and the promotion of equal opportunities. Through a detailed bibliographic review, the study examines the progress, challenges, and perspectives of inclusive educational practices, emphasizing the barriers faced in schools. These barriers include the lack of adequate teacher training, difficulties in curriculum adaptation, and structural limitations within educational institutions.

Furthermore, it discusses the intrinsic relationship between inclusive education, human rights, and citizenship, demonstrating how public policies can transform the educational and social context. Finally, it underscores the need for innovative pedagogical practices that value diversity and foster a fairer and more inclusive coexistence.

Keywords: Inclusive Education. Public Policies. Accessibility. Diversity.

LISTA DE SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CDPD	Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência
EJA	Educação de Jovens e Adultos
LBI	Lei Brasileira de Inclusão
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PNE	Plano Nacional de Educação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
ONU	Organização das Nações Unidas

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Distribuição Percentual dos Temas nas Referências Bibliográficas ...45

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Referenciais Teóricos e Documentos Utilizados na Pesquisa Bibliográfica e Documental	22
--	-----------

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
2	REFERENCIAL TEÓRICO	18
2.1	Antiguidade: Exclusão e Abandono	18
2.2	Idade média: Caridade e Exclusão Religiosa.....	20
2.3	Institucionalização, Movimentos por direitos e Inclusão.....	21
3	BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E OS DOCUMENTOS NORTEADORES	26
3.1	Carta Magna	27
3.2	Declaração de Salamanca	27
3.3	Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência	29
3.4	Lei Brasileira da Inclusão (LBI)	30
3.5	Lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB) - lei nº 9.394/1996.....	31
3.6	Base nacional comum curricular (BNCC)	32
4	EDUCAÇÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA ATUALIDADE: AVANÇOS E DESAFIOS	34
5	PAPEL DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO.....	36
6	TECNOLOGIAS ASSISTIVAS	38
7	DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: BARREIRAS ESTRUTURAIS, PEDAGÓGICAS E SOCIAIS.....	40
7.1	Barreiras Estruturais e de Recursos	40
7.2	Formação Docente e Práticas Pedagógicas	41
7.3	Preconceito e Barreiras Culturais.....	41
7.4	Superando os Desafios: Caminhos Possíveis.....	42
8	METODOLOGIA.....	44
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
	REFERÊNCIAS	47

1. INTRODUÇÃO

As políticas públicas desempenham um papel fundamental em nossas vidas, especialmente no âmbito da educação. No contexto atual, vivemos em um país caracterizado por uma grande diversidade de pessoas, culturas e identidades, o que tem despertado maior interesse e engajamento na luta por políticas educacionais que promovam a educação inclusiva.

Embora o tema da inclusão seja amplamente discutido e considerado essencial, ainda existem grandes desafios a serem superados na sociedade. No ambiente das escolas regulares, muitos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação continuam enfrentando barreiras. Essas dificuldades decorrem, em grande parte, da ausência de metodologias e práticas adequadas que atendam às suas necessidades físicas, intelectuais e comportamentais.

Apesar de a legislação garantir o direito à educação para todos, independentemente das singularidades de cada aluno, muitas famílias ainda optam por matricular seus filhos em escolas especializadas. Essa decisão, muitas vezes, é influenciada pela pressão de gestores e professores, que relatam não estar preparados para lidar com ambientes inclusivos, ou pelo receio dos pais em relação ao impacto emocional que a criança ou adolescente possa vivenciar. Com mais investimentos em políticas públicas focadas na desconstrução de preconceitos em relação à deficiência, seria possível modificar a forma como a sociedade compreende essa questão?

O conceito de "deficiência" no Brasil é definido pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da qual o país é signatário, estando alinhado à perspectiva dos direitos humanos. Essa visão entende que a deficiência não é uma característica exclusivamente individual, mas sim o resultado da interação entre pessoas com limitações físicas, mentais, intelectuais ou sensoriais e as barreiras sociais e ambientais que impedem sua plena participação na sociedade em igualdade de condições.

Assim, o Brasil adota uma abordagem que valoriza a diversidade e se compromete a garantir os direitos das pessoas com deficiência por meio de políticas públicas e ações afirmativas que assegurem igualdade de oportunidades, acessibilidade e respeito à dignidade humana. Esse conceito é dinâmico, refletindo o

compromisso do país com a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, onde as pessoas com deficiência possam exercer plenamente seus direitos e deveres.

Embora a inclusão de pessoas com deficiência seja discutida há muitos anos, sua implementação exige uma abordagem individualizada, considerando que cada pessoa é única, com características e necessidades próprias. O sistema educacional, no entanto, ainda enfrenta desafios substanciais em relação a essa população, o que demanda novas adaptações tanto nos conceitos pedagógicos quanto nas políticas educacionais, especialmente no ensino médio e no ensino superior, para atender à crescente demanda por inclusão.

Deste modo, o presente trabalho tem como objetivo principal descrever e analisar a história da inclusão a partir do período histórico remoto até o período atual. Observou-se a partir daí a necessidade de criação e implementação de políticas públicas para a educação inclusiva.

Logo como objetivos específicos, destacam-se a análise dos avanços e as perspectivas do trabalho educativo da educação inclusiva junto com as dificuldades.

Nesse estudo foram realizados revisão de literatura sobre o tema em livros de diversos teóricos sobre o assunto, pesquisas em sites da internet, como também, estudo de diversos materiais publicados.

Neste trabalho, propomos algumas reflexões sobre a trajetória histórica da educação especial, debatendo sua relação com os direitos humanos e a cidadania. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica que explora a educação especial, os direitos humanos e a ética, além de questionar como as escolas públicas estão implementando as políticas educacionais voltadas à inclusão.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Não é possível determinar com precisão como as pessoas com deficiência viviam na sociedade durante a era primitiva, devido à ausência de registros escritos que permitam análises detalhadas. As informações disponíveis são baseadas nos estudos de historiadores e nas evidências obtidas por meio de escavações arqueológicas.

De acordo com Pereira (2011, p.28): A família e a sociedade foram protagonistas de pelo menos três fases distintas: o extermínio (consolidação da incapacidade), a alienação (exclusão assistida) e a integração (capacidade relativa), e hoje caminham em direção da inclusão, que é a representação da cidadania. A inclusão pressupõe a participação ativa dos indivíduos nos processos sociais.

O que se pode entender é que a experiência das pessoas com deficiência ao longo da história e em diferentes culturas têm variado bastante, refletindo os valores e crenças predominantes em cada época da história.

1.1 Antiguidade: Exclusão e Abandono.

No período conhecido como Grécia Antiga, que se estendeu de aproximadamente 1100 a.C. até 146 a.C., quando a região se tornou protetorado romano, surgem os primeiros registros sobre a convivência das pessoas com deficiência na sociedade. Naquela época, a visão de mundo era amplamente influenciada pelo ideal de perfeição física e pela preparação para guerras, o que resultava em uma grande exclusão para aqueles que não se enquadram nesses padrões.

Filósofos renomados como Platão e Aristóteles consideravam a deficiência como uma “imperfeição”, e isso sustentava práticas discriminatórias. Há registros de que, em alguns casos, bebês com deficiências eram abandonados, revelando a dureza dessa visão que marginaliza aqueles que fugiam do ideal físico e funcional da época. Gagel (2007) “Sabe-se que em Esparta eram eliminados; os romanos abandonaram suas crianças deformadas e seus filhos excedentes. Antes, na Grécia, Platão (República) e Aristóteles (Política), ao tratarem da composição e planejamento das cidades, indicavam os “disformes” como objetos de exposição”.

Na Roma Antiga, a percepção sobre pessoas com deficiência era marcada por crenças e práticas diversas. Em muitos casos, os romanos associavam as deficiências a maus presságios, interpretando-as como sinais desfavoráveis dos deuses. Isso resultava em um tratamento severo para aqueles que nasciam com alguma

limitação física ou sensorial, com registros de que crianças com deficiência podiam ser abandonadas, especialmente se a família temesse que a condição trouxesse infortúnios ou fosse malvista pela sociedade.

Contudo, para aqueles que sobreviveram a essas dificuldades iniciais, havia também oportunidades de ocupação em determinados papéis dentro da sociedade romana. Em alguns casos, pessoas com deficiência eram acolhidas e desempenhavam funções como músicos, uma atividade valorizada que lhes permitia exhibir suas habilidades artísticas e conquistar uma posição respeitável. Além disso, alguns indivíduos atuavam como oradores, aproveitando seu domínio da fala e da expressão, habilidades altamente apreciadas em uma sociedade onde a oratória tinha grande importância.

Surpreendentemente, há também registros de pessoas com deficiência que eram levadas às arenas, onde atuavam como gladiadores. Esses indivíduos, mesmo enfrentando adversidades físicas, eram treinados para os combates e, em certos casos, celebrados como símbolos de resistência. A presença de pessoas com deficiência nesses papéis revela uma dualidade na sociedade romana: ao mesmo tempo que marginaliza aqueles que consideravam "imperfeitos", reconheciam o valor de habilidades específicas e o potencial de contribuição que essas pessoas poderiam oferecer em determinados contextos.

No Egito Antigo, observa-se uma abordagem significativamente mais inclusiva em relação às pessoas com deficiência, especialmente em comparação com outras culturas da mesma época. A sociedade egípcia reconhecia o valor dessas pessoas e frequentemente lhes oferecia oportunidades para contribuírem de maneira significativa nas atividades comunitárias. Pessoas com deficiências físicas ou visuais eram integradas em diversos papéis, sendo respeitadas por suas habilidades e talentos.

Há registros históricos que mostram pessoas cegas atuando como músicos, uma posição de prestígio e importância na cultura egípcia, pois a música era parte essencial das cerimônias religiosas e dos rituais sagrados. Além disso, algumas pessoas cegas também trabalhavam como escribas, função de extrema relevância que demandava grande habilidade. Esse reconhecimento e acolhimento das diferenças refletem uma visão progressista para a época, onde o valor do indivíduo ia além das limitações físicas, privilegiando o potencial de cada pessoa para colaborar com a sociedade e participar ativamente dela.

1.2 Idade média: Caridade e Exclusão Religiosa

Na Idade Média, a visão sobre pessoas com deficiência era fortemente influenciada pela doutrina e pelos valores cristãos, que dominavam a vida e a cultura da época. Havia uma crença difundida de que a deficiência poderia ser uma espécie de punição divina ou um sinal de expiação de pecados, muitas vezes entendida como consequência de falhas morais ou espirituais. Essa interpretação espiritualizada da deficiência não recaía necessariamente sobre a própria pessoa, mas podia estar associada a pecados ou erros de seus familiares, refletindo uma visão em que o corpo e a alma estavam profundamente ligados à moralidade e aos desígnios de Deus.

Dentro desse contexto religioso, as pessoas com deficiência eram, em grande parte, sustentadas pela caridade cristã. A Igreja Católica, principal instituição da época, encorajava a compaixão e o auxílio a essas pessoas como uma forma de prática da misericórdia e do dever cristão. Por isso, muitas delas eram acolhidas em igrejas e mosteiros, onde podiam receber cuidados básicos e, em alguns casos, até encontrar uma forma de integração social. O acolhimento nos mosteiros era visto tanto como um ato de compaixão quanto como uma oportunidade para que a sociedade cumprisse seu papel de assistência aos mais necessitados, um princípio valorizado pelos ensinamentos cristãos.

No entanto, havia uma distinção no tratamento dado às diferentes deficiências. Pessoas com deficiências físicas, que não comprometessem a racionalidade, eram frequentemente vistas com compaixão e respeito. Já aqueles com deficiências mentais enfrentavam um tratamento mais severo, muitas vezes sendo isolados da sociedade, pois sua condição era pouco compreendida e, muitas vezes, associada a posses demoníacas ou outras interpretações supersticiosas.

Esses indivíduos, dependendo da gravidade de sua condição, poderiam ser afastados e mantidos em locais isolados, ou submetidos a rituais religiosos que buscavam, por meio da fé, amenizar ou até “curar” a deficiência.

A presença e o cuidado das pessoas com deficiência na Idade Média refletem, assim, um misto de compaixão e medo. Enquanto o cristianismo incentivava a caridade, o preconceito e a falta de entendimento científico sobre a deficiência resulta em atitudes ambivalentes, que variam da compaixão ao isolamento, revelando a complexidade da relação entre religião, deficiência e sociedade medieval.

1.3 Institucionalização, Movimentos por direitos e Inclusão.

A Revolução Industrial marcou uma mudança significativa na percepção social das pessoas com deficiência. Com o avanço das fábricas e o foco na produtividade, a deficiência passou a ser entendida como uma limitação que comprometia a contribuição ao mercado de trabalho. Esse contexto resultou na institucionalização de muitas pessoas com deficiência em asilos e hospitais psiquiátricos, onde frequentemente enfrentavam exploração, negligência e exclusão sistemática. Essa abordagem, marcada por estigmatização, reforçou a marginalização social e limitou o desenvolvimento de políticas inclusivas até meados do século XX.

Após as Guerras Mundiais, a realidade mudou com o retorno de milhares de veteranos que adquiriram deficiências durante os conflitos. Esse cenário trouxe avanços tecnológicos, como a criação de próteses e dispositivos assistivos, além do desenvolvimento de programas de reabilitação física, psicológica e emocional. Esses avanços impulsionaram uma nova perspectiva sobre a deficiência, destacando o potencial de adaptação e inclusão das pessoas com deficiência na sociedade.

Nas décadas de 1960 e 1970, movimentos sociais pelos direitos civis, especialmente nos Estados Unidos e Europa, inspiraram o surgimento de movimentos pelos direitos das pessoas com deficiência. Esses movimentos denunciaram a exclusão e reivindicaram igualdade de oportunidades em diferentes áreas, como educação, trabalho e transporte. O resultado dessas lutas foi a criação de legislações que promoviam a inclusão, estabelecendo uma base jurídica para a proteção e garantia dos direitos dessas pessoas.

Um marco importante foi a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), que enfatizou a abordagem da deficiência sob o modelo social, reconhecendo-a como resultado das barreiras impostas pela sociedade. No Brasil, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), promulgada em 2015, consolidou esse avanço ao estabelecer diretrizes para a promoção da acessibilidade universal e a garantia de direitos em setores fundamentais como educação, trabalho, lazer e saúde.

Atualmente, a deficiência é entendida sob uma perspectiva de diversidade humana, onde a singularidade de cada indivíduo é valorizada. Apesar dos avanços, a luta pela inclusão permanece contínua, exigindo mudanças culturais, sociais e políticas. A conscientização social é crucial para combater preconceitos e eliminar barreiras atitudinais, enquanto políticas públicas robustas são necessárias para garantir o acesso

pleno a uma vida digna e participativa.

Assim, é evidente que a construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva depende do esforço conjunto de indivíduos, instituições e governos, promovendo a igualdade e acolhendo as diferenças como parte essencial da humanidade.

A fim de organizar e compreender melhor a diversidade de abordagens presentes nas obras que fundamentam este trabalho, elaborou-se um gráfico para melhor ilustrar a frequência. Nela, constam informações como autor, título, ano de publicação e uma breve descrição do conteúdo de cada estudo. Essa sistematização permite visualizar a contribuição de cada fonte para o desenvolvimento da pesquisa, facilitando a identificação de temas recorrentes e abordagens distintas.

Quadro 1 Referenciais Teóricos e Documentos Utilizados na Pesquisa Bibliográfica e Documental

REFERENCIAIS TEÓRICOS E DOCUMENTOS SOBRE O EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL			
Autor/Fonte	Título	Ano	Descrição
ALMEIDA, L. S.	Desafios da educação inclusiva: da formação à atuação docente na perspectiva inclusiva no Norte do Tocantins	2023	TCC que analisa os desafios da prática docente inclusiva na região Norte do Tocantins.
ANTUNES, H. S.	Educação inclusiva e formação de professores: desafios e perspectivas a partir do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa	2016	Artigo que discute a formação docente para inclusão a partir do PNAIC.
BARBOSA, A. K. G.	Educação inclusiva: reflexões sobre a escola e a formação docente	2021	Reflexão sobre a escola inclusiva e o papel da formação docente.

BIAZUS, G. F.	Uso da tecnologia assistiva na educação inclusiva no ambiente escolar: revisão sistemática	2019	Revisão sistemática sobre o uso da tecnologia assistiva no ambiente escolar.
BONDAN, D. E.; WERLE, F. O. C.; SAORÍN, J. M.	Educação inclusiva no Brasil e Espanha: discussão conceitual	2022	Estudo comparativo dos conceitos de inclusão educacional entre Brasil e Espanha.
BREITENBACH, F. V.	Educação inclusiva: as implicações das traduções e das interpretações da Declaração de Salamanca no Brasil	2016	Análise crítica das interpretações da Declaração de Salamanca no contexto brasileiro.
CARNEIRO, R. U. C.	Educação inclusiva na educação infantil	2012	Discussão sobre práticas inclusivas na educação infantil.
DAINEZ, D.; SMOKA, A. L. B.	A função social da escola em discussão, sob a perspectiva da educação inclusiva	2024	Análise legislativa sobre o direito à educação inclusiva e seus desafios.
DA SILVA, A. C.	O direito fundamental à educação inclusiva: uma análise legislativa em	2024	Análise legislativa sobre o direito à educação inclusiva e seus desafios.

C.; DOS SANTOS PRAZERES, R.; JÚNIOR, R. M. R.	contraponto aos desafios para sua universalização		
DE CARVALHO MAGALHÃES KASSAR, M.	Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional	2011	Estudo sobre a implantação de políticas de educação especial na perspectiva inclusiva.

DE LIMA, S. S.	A Lei da Inclusão e o empoderamento das pessoas com deficiência	2017	Análise da Lei Brasileira de Inclusão e seu impacto no empoderamento das pessoas com deficiência.
DE OLIVEIRA ROCHA, A. B.	O papel do professor na educação inclusiva	2017	Discussão sobre as responsabilidades e desafios do professor na educação inclusiva.
DOS REIS FERREIRA, R. A.	As perspectivas da educação inclusiva	2019	TCC que aborda concepções e práticas relacionadas à inclusão escolar.
FILHO, I. S. P. et al.	Práticas pedagógicas inclusivas no contexto brasileiro:	2024	Estudo atual sobre práticas pedagógicas inclusivas no Brasil.

	desafios e perspectivas futuras		
FRIEDRICH, J. A. D. L.	O papel do professor na educação inclusiva	2021	Reflexão sobre a atuação docente na inclusão escolar.
MARTINS, M.	Educação inclusiva no Brasil: um breve olhar sobre política educacional	2022	TCC com análise da política educacional inclusiva no Brasil.
NEVES, L. R.; RAHME, M. M. F.; FERREIRA, C. M. R. J.	Política de educação especial e os desafios de uma perspectiva inclusiva.	2019	Análise crítica das políticas de educação especial no Brasil.
PEREIRA, A. C. C.	Inclusão de pessoas com deficiência no trabalho e o movimento da cultura organizacional: análise multifacetada de uma organização	S.l.: s.n.].	Estudo sobre inclusão no ambiente de trabalho e cultura organizacional.
PRAÇA, É. T. P. de O.	Uma reflexão acerca da inclusão de aluno autista no ensino regular	2011	Dissertação que analisa os desafios da inclusão de alunos autistas.
REIS, M. R.; COUTINHO, D. J. G.	Formação de professores para a educação inclusiva: desafios e perspectivas	2025	Discussão contemporânea sobre a formação docente inclusiva.
RIBEIRO, E. T. et al.	O uso de tecnologias assistivas como uma ferramenta inclusiva na	2023	Artigo sobre o uso de tecnologias assistivas como suporte à educação

	educação especial		especial.
--	-------------------	--	-----------

SILVA, J. F. B	A educação inclusiva no Campus Colinas do Tocantins do IFTO: um olhar para as pessoas com deficiência	2023	TCC que apresenta um estudo de caso sobre inclusão no IFTO – Campus Colinas.
----------------	---	------	--

Fonte: Próprio Autor 2025

3. BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E OS DOCUMENTOS NORTEADORES

A história da educação inclusiva é marcada por avanços em políticas e práticas que buscam garantir o acesso de todas as pessoas à educação, especialmente aquelas com deficiências ou necessidades especiais. Para Silva (2017) a inclusão tem como conceito a união da aceitação e valorização das diferenças, que promove a participação de todos na sociedade.

No passado, pessoas com deficiências eram frequentemente marginalizadas e excluídas dos sistemas educacionais, nesse contexto de exclusão era baseado em uma visão de incapacidade e falta de valor da diversidade. A partir do século XX, surgiu um movimento pela integração, em que as pessoas com deficiências começaram a ser inseridas nas escolas regulares, mas ainda eram tratadas em sistemas e classes especiais.

Somente a partir de 1990, o conceito de inclusão ganhou espaço no cenário da educação propondo a ideia de que o sistema educacional deve adaptar-se às necessidades específicas. Dessa forma, a inclusão deixou de ser um esforço de integração de alunos para ser uma responsabilidade da escola promover condições de ensino adequado e adaptado a todos.

Essa trajetória é apoiada por uma série de documentos norteadores nacionais e internacionais que definem princípios e diretrizes para promover uma educação equitativa e inclusiva.

3.1 Carta Magna

A Constituição Federal de 1988, conhecida como a Carta Magna do Brasil, é o documento fundamental que estabelece os direitos e deveres dos cidadãos e regula a organização do Estado brasileiro. Promulgada em 5 de outubro de 1988, após o período da ditadura militar, essa Constituição é reconhecida por seu caráter democrático e por garantir a proteção dos direitos humanos e sociais. Nesse documento é assegurado o direito à educação e à igualdade, prevendo atendimento educacional especializado para pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

O termo Carta Magna tem origem na Magna Carta Libertatum (Grande Carta das Liberdades), um documento assinado pelo rei João Sem-Terra da Inglaterra, em 15 de junho de 1215. Essa carta foi um marco porque limitava o poder absoluto do rei e garantia certos direitos aos barões e cidadãos ingleses, como:

- O direito a um julgamento justo.
- A proteção contra a prisão arbitrária.
- Limites à cobrança de impostos sem o consentimento dos súditos.

Embora tivesse efeito limitado na época, a Magna Carta tornou-se símbolo da luta por direitos e inspirou constituições modernas.

3.2 Declaração de Salamanca

A Declaração de Salamanca, adotada em 1994, é um documento fundamental para a educação inclusiva, elaborado durante a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, organizada pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) na cidade de Salamanca,

na Espanha. Esse documento consolidou a ideia de que todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais ou linguísticas, têm direito à educação em escolas regulares. A Declaração de Salamanca enfatizou que a educação inclusiva é uma questão de direitos humanos e de justiça social.

A Declaração surgiu em um contexto em que muitos países ainda ofereciam educação para crianças com deficiências em instituições separadas, o que dificultava a inclusão plena dessas crianças na sociedade. A proposta central da Declaração de Salamanca foi a de transformar essa abordagem, propondo que o sistema educacional se adaptasse para receber todas as crianças, independentemente de suas características individuais, em escolas regulares. Ela foi uma das principais referências para a formação de políticas e programas públicos de educação inclusiva em vários países, incluindo o Brasil (SILVA. 2017.p.32).

A Declaração de Salamanca (1994), representa um compromisso global com uma educação equitativa e inclusiva, sendo uma referência para políticas e práticas educacionais que respeitam e atendem a diversidade. Alguns de seus princípios são:

- Educação Inclusiva como Direito Humano: A Declaração afirma que a educação é um direito de todos e que os sistemas educacionais devem ser capazes de acolher todas as crianças, respeitando suas diferenças e promovendo a igualdade de oportunidades.
- Escolas Regulares como Instrumento de Inclusão: A Declaração defende que as escolas regulares, se devidamente adaptadas, são o meio mais eficaz para combater atitudes discriminatórias, criar comunidades acolhedoras e desenvolver uma sociedade inclusiva.
- Adaptação e Flexibilidade do Sistema Educacional: Para atender às necessidades dos alunos com deficiência ou necessidades especiais, o sistema educacional deve ser flexível e adaptar seus métodos de ensino, currículos e avaliações. Essa abordagem implica um ensino mais personalizado e o uso de recursos pedagógicos diversificados.
- Formação de Professores: Um ponto central da Declaração é a capacitação de professores para trabalhar com a diversidade em sala de aula. Os educadores devem estar preparados para adaptar suas práticas e proporcionar um ambiente de aprendizado inclusivo.

- **Participação da Comunidade e das Famílias:** A Declaração reconhece que a educação inclusiva depende da colaboração entre a escola, a comunidade e as famílias. Todos os agentes envolvidos precisam trabalhar juntos para garantir o sucesso do processo inclusivo.

A Declaração de Salamanca permanece uma referência fundamental. No contexto brasileiro, essa declaração foi fonte de inspiração para importantes documentos e leis nacionais, como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008, e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015).

3.3 Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

Em 13 de dezembro de 2006, foi criado pela ONU o tratado intitulado A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD). Adotada pela assembleia geral da ONU e ratificada por mais de 180 países, é um marco importante para a inclusão e o reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência. Esse tratado tem como objetivo garantir que pessoas com deficiências desfrutem de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais em igualdade de condições com as demais pessoas. Essa convenção busca remover barreiras físicas, sociais, econômicas e culturais e promover uma sociedade inclusiva.

Esse tratado é assegurado através dos princípios de respeito pela dignidade inerente e autonomia individual; participação e inclusão plena e efetiva na sociedade, abrangendo claro, uma ampla gama de direitos, como:

- **Educação:** Acesso a uma educação inclusiva e de qualidade para todos os níveis.
- **Trabalho e emprego:** Igualdade de oportunidades e condições justas de trabalho.
- **Saúde:** Acesso a serviços de saúde adequados.
- **Mobilidade e acessibilidade:** Garantia de acessibilidade em transporte, prédios públicos, tecnologias e comunicações.
- **Justiça:** Acesso ao sistema de justiça em condições de igualdade.

No Brasil, a CDPD foi ratificada com emenda constitucional em 2008, o que fortalece seu comprimento em níveis nacional. com isso, foi promulgada a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), conhecida

como Estatuto da Pessoa com Deficiência, para regulamentar os direitos.

A CDPD é um passo importante para a criação de um mundo mais inclusivo e justo para as pessoas com deficiência, proporcionando uma base legal para exigir igualdade de tratamento.

3.4 Lei Brasileira da Inclusão (LBI)

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI), formalmente chamada de Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), é uma legislação criada para garantir e promover, em condições de igualdade, os direitos e liberdades das pessoas com deficiência, visando sua inclusão social e o exercício pleno da cidadania.

Essa lei abrange áreas essenciais para a vida e o bem-estar das pessoas com deficiência, garantindo direitos em diversos setores fundamentais. Na Educação, a LBI assegura acesso a um ensino inclusivo, oferecendo recursos adequados e apoio especializado para que todas as pessoas com deficiência possam estudar em igualdade de condições. No campo da Saúde, a legislação visa garantir atendimento adequado, acesso a tratamentos, diagnósticos e reabilitação, promovendo a saúde integral dessas pessoas.

No Trabalho, a LBI incentiva a inclusão no mercado de trabalho, garantindo oportunidades de emprego em condições justas, com políticas de inclusão e adaptação do ambiente laboral. Em relação à acessibilidade, a lei estabelece diretrizes para eliminar barreiras físicas e de comunicação, promovendo a adaptação de espaços públicos e privados, bem como a oferta de recursos de acessibilidade digital. No setor de Transportes, a legislação garante que os sistemas de transporte público e privado sejam acessíveis, permitindo o deslocamento seguro e independente das pessoas com deficiência em qualquer lugar do país. Essas medidas, em conjunto, visam promover a autonomia, igualdade e inclusão social das pessoas com deficiência em todos os aspectos da vida em sociedade.

Em resumo, a LBI coloca a educação inclusiva como um direito fundamental e obriga as instituições a eliminarem barreiras fiscais, sociais, e atitudinais, promovendo uma educação que valoriza a diversidade.

3.5 Lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB) - lei nº 9.394/1996

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) estabelece que a educação é um direito fundamental de todos os cidadãos, devendo atender às necessidades educacionais individuais de cada aluno. O principal objetivo é garantir uma formação integral, considerando as diferentes realidades e capacidades dos estudantes.

No que se refere à educação especial, a LDB determina que seu oferecimento deve ocorrer, preferencialmente, na rede regular de ensino, evitando a segregação em instituições especializadas. Para isso, as escolas devem estar preparadas para acolher alunos com necessidades específicas, oferecendo adaptações, recursos de acessibilidade e professores devidamente capacitados para promover um ambiente inclusivo e equitativo.

Além disso, a LDB prevê a necessidade de currículos adaptados, métodos diferenciados e recursos pedagógicos ajustados às demandas dos alunos com deficiência. Também estabelece que o sistema de ensino deve disponibilizar serviços de apoio, como salas de recursos multifuncionais e profissionais especializados, de forma a garantir uma inclusão efetiva no contexto escolar.

Outro ponto fundamental abordado pela legislação é a formação de professores. A LDB enfatiza a importância da capacitação docente para que os profissionais da educação possam atuar de maneira eficaz em turmas diversas, promovendo práticas pedagógicas inclusivas que incentivem a participação e o desenvolvimento de todos os estudantes.

Essa visão está alinhada com o princípio de uma educação para todos, sendo complementada e ampliada pela Lei Brasileira de Inclusão (LBI), que reforça o compromisso com uma educação inclusiva, buscando eliminar barreiras e garantir uma plena integração dos alunos com deficiência na sociedade e nas escolas.

3.6 Base nacional comum curricular (BNCC)

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento normativo que estabelece as diretrizes essenciais para o ensino na educação básica no Brasil, abrangendo a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Aprovada em 2017, essa diretriz educacional busca garantir uma formação equitativa e de qualidade para todos os estudantes, independentemente de sua condição social, cultural ou física, promovendo o desenvolvimento de competências e habilidades essenciais.

Reconhecendo a diversidade dos estudantes, o referencial curricular reafirma o compromisso com a equidade e a inclusão no ambiente escolar. Para isso, orienta as instituições de ensino a adotarem práticas pedagógicas que respeitem as diferenças individuais e incentivem a participação ativa de todos os alunos, incluindo aqueles com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

O documento também assegura o direito de todos a uma educação de qualidade, garantindo que suas necessidades específicas sejam reconhecidas e atendidas. Esse princípio está em consonância com a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e com os fundamentos da Constituição Federal, que estabelecem a educação como um direito fundamental e universal.

A proposta curricular busca impedir que qualquer estudante seja excluído ou marginalizado, independentemente de suas condições físicas, cognitivas, sociais ou culturais. Nesse sentido, enfatiza que a diversidade em sala de aula exige metodologias pedagógicas flexíveis e adaptadas. Cabe às escolas oferecerem conteúdo e práticas que atendam às especificidades de cada aluno, promovendo um ambiente verdadeiramente inclusivo. Isso inclui o uso de tecnologias assistivas, materiais acessíveis e adaptações curriculares que possibilitem a participação ativa de todos.

A abordagem adaptativa é fundamental para que os estudantes superem barreiras e se desenvolvam plenamente. Além disso, prioriza-se o desenvolvimento integral dos educandos, considerando suas dimensões cognitiva, social, emocional e física. A inclusão torna-se, assim, um dos pilares para fortalecer a convivência, a empatia e o respeito às diferenças.

Essa visão holística da educação estimula práticas que valorizem cada aluno como sujeito único, reconhecendo suas trajetórias e destacando a importância de um

ambiente escolar acolhedor e participativo. Para que essa perspectiva se concretize, é imprescindível a preparação adequada dos professores.

O referencial nacional enfatiza a importância da formação docente voltada para a diversidade em sala de aula, promovendo o desenvolvimento de competências necessárias à aplicação de estratégias inclusivas, à adaptação de recursos pedagógicos e ao uso de ferramentas acessíveis. A formação continuada dos educadores é peça-chave para consolidar práticas pedagógicas comprometidas com a inclusão e o aprendizado de todos.

A implementação dessa proposta, sob uma ótica inclusiva, apresenta desafios como a falta de infraestrutura adequada em algumas instituições, a formação insuficiente de docentes e a escassez de recursos. Contudo, também representa uma oportunidade significativa para a construção de uma escola que valorize as diferenças e promova a cidadania plena.

Dessa forma, o documento desempenha um papel central na consolidação de uma educação inclusiva no Brasil, alinhada aos princípios de equidade e respeito à diversidade.

4. EDUCAÇÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA ATUALIDADE: AVANÇOS E DESAFIOS.

Isso reflete uma visão histórica negativa e preconceituosa em relação às pessoas com deficiência, onde muitas vezes não se reconhecia seu potencial ou se ofereciam oportunidades adequadas para seu desenvolvimento e inclusão na sociedade. Felizmente, essa perspectiva tem mudado com o tempo, à medida que a conscientização sobre a importância da inclusão e dos direitos das pessoas com deficiência tem crescido.

A educação inclusiva é uma concepção de uma educação unificada, onde se tem como objetivo principal a asseguarção de uma educação de qualidade para todos. Segundo Oliveira (2018 p. 86), a educação inclusiva é um processo em que há a ampliação de participação de todos os alunos no âmbito escolar regular. Trata-se de uma reestruturação da cultura e das práticas políticas. E reconhece que cada aluno tem suas especificidades e formas diferentes de aprender. Por meio disso, acredita-se que haja uma transformação nas políticas públicas e nas práticas educacionais discriminatórias, para possibilitar a integração de alunos com deficiência no mesmo âmbito escolar que os alunos da educação regular:

Quando se trata de alunos com deficiência, é preciso compreender que o processo de aprendizagem é possível dentro de sala de aula regular e modificar o pensamento excludente de que esses alunos não são capazes de estudar, conviver e aprender com os demais. É na escola que este processo de transformação acontece de forma contínua (Oliveira, 2018, p 87).

A inclusão depende de mudanças na percepção do indivíduo em si, principalmente nas políticas aplicadas nas escolas, e na construção de uma sociedade em que se respeita, atende e se às necessidades de cada indivíduo, para que assim possa exercer seu papel na cidadania.

No Brasil, o termo de inclusão se deu início como forma de atendimento para pessoas com deficiência no final do século XIX e atualmente existem leis que asseguram o direito de educação para pessoas portadoras de deficiência. Para Franco (2017 p. 977) a privação da comunicação restringe as possibilidades de acesso igualitário à educação e as oportunidades de crescimento intelectual e cognitivo.

O fato de ser ofertado o ensino para pessoas com deficiências separadas das turmas comuns em escolas tanto públicas como privadas, era um método de ensino que tinha em mente trabalhar a possível evolução do aluno. Para Kassir (2018, p.62)

A separação concretizou a existência de um sistema paralelo de ensino, de modo que o atendimento de alunos com deficiência ocorreu de modo incisivo e em locais separados dos outros alunos. Porém, a falta de socialização com o externo prejudicava o convívio em sociedade.

Segundo o Plano Nacional de Educação (PNE), pela lei nº 13.005, as escolas brasileiras têm o dever de garantir um sistema de educação que seja inclusivo e que alunos com necessidades especiais.

Oliveira (2016) explica em relação ao debate dos direitos humanos que: Ao entrar no debate dos direitos humanos, a educação especial passa a ser problematizada em termos de política e se avança nas práticas e lutas por uma educação inclusiva, democrática e de qualidade. Aponta-se para mudanças nas escolas, nas práticas pedagógicas, no currículo, nas práticas atuais, vigentes nas escolas, que inviabilizam o processo de inclusão escolar. (2016, p.48).

Vale ressaltar o papel do professor nessa missão de inclusão, durante essa nova realidade o professor necessita ser maleável, repensar seus planejamentos e organizações de aulas, e disposto a mudar suas posturas em sala de aula para aceitar o aluno com deficiência e principalmente acreditando no seu potencial.

5. PAPEL DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO.

Um dos grandes desafios enfrentados pelos professores no contexto da educação inclusiva é encontrar equilíbrio entre as múltiplas demandas da sala de aula e as necessidades específicas de alunos com diferentes perfis de aprendizagem. Essa tarefa torna-se ainda mais complexa diante da escassez de formação especializada, da ausência de recursos pedagógicos adequados e da falta de materiais adaptados às diversas condições dos estudantes.

Nessa perspectiva, Rocha (2017) ressalta que é indispensável que os profissionais da educação, especialmente os docentes, estejam devidamente capacitados para exercer sua função de forma a atender às reais necessidades de cada educando. A atuação eficaz nesse campo exige mais do que boa vontade: requer conhecimento, sensibilidade e preparo para lidar com a diversidade humana em suas múltiplas dimensões.

Historicamente, desde o século XVI, a educação já buscava caminhos para garantir qualidade no ensino, mesmo diante das dificuldades individuais dos alunos. Contudo, foi somente nas últimas décadas que o conceito de educação inclusiva passou a ser entendido como um direito de todos, não apenas como uma prática assistencialista, mas como um compromisso pedagógico, ético e social.

No modelo atual, a inclusão escolar desafia os professores a repensarem suas práticas, sua cultura profissional e suas estratégias didáticas. Isso implica adotar uma postura aberta e acolhedora diante da singularidade de cada aluno, reconhecendo suas potencialidades e oferecendo oportunidades para que desenvolvam suas habilidades, conforme suas necessidades específicas. De acordo com Rocha 2017, A educação inclusiva no modelo atual é um desafio aos professores, pois obriga-os a repensar sua maneira de ensinar, sua cultura, sua postura e suas estratégias pedagógicas, adotando uma postura receptiva diante da singularidade que irão encontrar, a fim de detectar potencialidades e expor habilidades de acordo com a demanda de cada aluno (2017, p. 07).

Para que isso seja possível, é fundamental que as instituições de ensino assumam um papel ativo na formação continuada dos docentes, promovendo cursos, oficinas e espaços de troca de experiências. Além disso, devem oferecer apoio pedagógico, recursos acessíveis e materiais adaptados, criando as condições necessárias para a implementação de estratégias verdadeiramente inclusivas.

Rocha (2017) afirma ainda que os educadores têm a responsabilidade de buscar novas posturas e desenvolver competências que lhes permitam compreender e intervir de maneira eficaz nas mais diversas situações escolares. Segundo o autor, os professores devem contribuir para a construção de uma proposta inclusiva sólida, “promovendo mudanças significativas baseadas em uma visão positiva das pessoas com necessidades especiais” (ROCHA, 2017, p. 07).

6. TECNOLOGIAS ASSISTIVAS

A inclusão educacional é um direito garantido pela Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência, que destacam a necessidade de eliminar barreiras que impeçam o pleno desenvolvimento das pessoas com deficiência. Nesse contexto, as tecnologias assistivas (TA) desempenham um papel fundamental.

Para Silva Tecnologias Assistivas, são recursos e serviços que ajudam a proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência, visando promover a vida independente e inclusão social dessas pessoas. A importância das TA, é que elas podem ajudar as pessoas com deficiência a superar barreiras e participar plenamente da vida social e comunitária, acessando educação, trabalho e atividades de lazer. (2023, p.57).

Para entendermos melhor, as Tecnologias Assistivas são ferramentas, recursos ou estratégias que auxiliam pessoas com deficiência a superar barreiras e participar de forma plena na sociedade. No contexto educacional inclusivo, elas desempenham um papel fundamental ao possibilitar o acesso ao aprendizado, a comunicação e a interação social, garantindo que todos os estudantes tenham condições de desenvolver seu potencial. Segundo o que se observa no contexto educacional, os recursos de tecnologia assistiva são considerados fundamentais para garantir o acesso ao currículo e possibilitar o pleno desenvolvimento dos alunos com necessidades especiais (Ribeiro, 2023, p.02).

Tais tecnologias assessoram pessoas com deficiências visual, auditiva física ou intelectual, ao mesmo tempo que incluem, desde adaptações simples, como amplificadores de som e lupas, até tecnologias mais avançadas. (Silva.2023. p.58)

Embora possuam um enorme potencial para transformar vidas e promover a inclusão, as tecnologias assistivas ainda enfrentam uma série de desafios significativos. Entre os principais obstáculos estão a falta de acessibilidade econômica, que impede muitas pessoas de adquirirem dispositivos adaptados às suas necessidades, e as barreiras de conhecimento, já que grande parte da população desconhece as possibilidades oferecidas por essas tecnologias.

Além disso, há questões relacionadas à infraestrutura insuficiente, como a ausência de suporte técnico especializado em regiões menos desenvolvidas, e dificuldades na personalização dos dispositivos, que nem sempre conseguem atender às necessidades específicas de cada usuário. Esses desafios destacam a importância de políticas públicas e iniciativas educacionais que promovam a democratização do acesso e o desenvolvimento contínuo das tecnologias assistivas.

Por outro lado, a implementação e o fortalecimento, de políticas públicas, como o Programa de Acessibilidade na Educação Básica e o Plano Nacional de Educação, têm desempenhado um papel fundamental na promoção do uso de tecnologias assistivas nas instituições de ensino. Paralelamente, o avanço da digitalização na educação tem expandido significativamente o acesso a recursos acessíveis, como aplicativos gratuitos e plataformas adaptáveis, que oferecem soluções inovadoras e inclusivas para atender às diversas necessidades dos estudantes.

Essa integração entre políticas públicas e tecnologia está transformando o ambiente educacional, tornando-o mais inclusivo e equitativo. Acredita-se que para alguns alunos com deficiência a utilização de tecnologias assistivas tornou-se uma das formas mais adequadas de ter acesso ao conhecimento, no intuito de ampliar suas habilidades e cooperar nos seus estudos, na sua comunicação e na sua interação Alves (2017, p. 161).

7. DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: BARREIRAS ESTRUTURAIS, PEDAGÓGICAS E SOCIAIS

Embora a educação inclusiva tenha avançado significativamente nas últimas décadas, impulsionada por legislações como a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e a Constituição Federal de 1988, a concretização dessa perspectiva enfrenta diversos desafios que limitam a plena participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência. Esses obstáculos podem ser observados em diferentes dimensões — estrutural, pedagógica e social — e demandam esforços contínuos para serem superados.

7.1 Barreiras Estruturais e de Recursos

Um dos principais desafios da educação inclusiva está relacionado à infraestrutura das escolas, que muitas vezes não atende às necessidades dos estudantes com deficiência. Ainda há instituições de ensino sem adaptações básicas, como rampas de acesso, banheiros adaptados, sinalização tátil e mobiliário adequado, o que compromete a mobilidade e a autonomia dos alunos. Além disso, a ausência de tecnologias assistivas e de materiais didáticos acessíveis limita as possibilidades de aprendizagem, dificultando a participação ativa de estudantes com diferentes deficiências e restringindo suas oportunidades de desenvolvimento acadêmico e social.

Silva (2024) enfatiza que a educação inclusiva vai além de garantir o acesso à escola para todos; ela exige o respeito e a acolhida das diferenças individuais, sejam elas físicas, cognitivas ou emocionais, dentro do sistema educacional.

No entanto, essa inclusão efetiva também depende da presença de profissionais de apoio qualificados. A carência de intérpretes de Libras, auxiliares de sala e mediadores sobrecarrega os professores, tornando o ensino menos individualizado e limitando as estratégias pedagógicas que poderiam favorecer o aprendizado de cada aluno. Dessa forma, investir na formação de educadores e na ampliação do suporte especializado é essencial para que a inclusão seja, de fato, uma realidade nas escolas.

7.2 Formação Docente e Práticas Pedagógicas

A insuficiência de formação continuada para os educadores é outro ponto crítico. Muitos professores relatam não se sentirem preparados para trabalhar com a diversidade em sala de aula, especialmente quando se trata de adaptar metodologias, planejar atividades inclusivas e manejar diferentes necessidades dentro de um mesmo ambiente de aprendizagem. Segundo Antunes 2016:

A inclusão dos alunos com deficiência desacomoda tanto professores quanto gestores, pois ela exige de cada segmento práticas diferenciadas e conhecimentos sobre uma temática a que muitos professores não tiveram acesso ao longo de sua formação inicial (2016.p.10).

A ausência de cursos específicos dificulta a implementação de práticas pedagógicas que atendam às singularidades dos estudantes. Diante disso, entende-se que os desafios enfrentados na formação docente para a educação inclusiva estão profundamente ligados a fatores culturais, institucionais e estruturais, sendo necessária uma ação articulada entre as políticas públicas, as instituições de ensino superior e as escolas para que os professores estejam devidamente preparados para promover uma educação inclusiva de fato. (Reis, 2025 p.7). A formação continuada que promova o uso de tecnologias e estratégias pedagógicas inovadoras surge como uma alternativa importante para auxiliar o professor na ressignificação de suas práticas pedagógicas. Esse tipo de formação permite que o docente amplie seus conhecimentos, explore novas metodologias e incorpore recursos tecnológicos que favoreçam a inclusão, a personalização do ensino e o engajamento dos alunos. Além disso, ao vivenciar propostas formativas alinhadas às demandas da educação contemporânea, o professor se torna mais preparado para lidar com a diversidade em sala de aula, promovendo um ambiente mais acessível, participativo e significativo para todos os estudantes.

7.3 Preconceito e Barreiras Culturais

Mesmo com os avanços legais, a inclusão escolar ainda enfrenta barreiras culturais enraizadas, dificultando a plena participação de alunos com deficiência. A persistência de uma mentalidade excludente e de preconceitos estruturais impacta diretamente a vivência desses estudantes, tornando o ambiente escolar um espaço desafiador em vez de acolhedor.

O capacitismo, que se manifesta em atitudes, falas e práticas que subestimam as capacidades das pessoas com deficiência, contribui significativamente para essa marginalização. Essa visão reducionista reforça a ideia de que a deficiência é uma limitação intransponível, ignorando as potencialidades dos indivíduos e desconsiderando o papel das adaptações e do suporte adequado no processo de aprendizagem.

Além disso, a falta de conscientização sobre a importância da inclusão, tanto entre a equipe escolar quanto entre os próprios estudantes, pode gerar isolamento, dificultando a construção de vínculos e o desenvolvimento das relações interpessoais. Sem ações concretas para promover uma cultura de respeito e valorização da diversidade, a escola corre o risco de perpetuar um ambiente excludente, no qual os alunos com deficiência são vistos como "diferentes" em vez de parte integrante da comunidade escolar. Portanto, é fundamental que sejam implementadas políticas educacionais eficazes, capacitação docente e atividades que estimulem a empatia e a convivência harmoniosa, promovendo, assim, uma educação verdadeiramente inclusiva.

7.4 Superando os Desafios: Caminhos Possíveis

Para que as barreiras da inclusão educacional sejam efetivamente superadas, é indispensável que as políticas públicas se comprometam com investimentos contínuos e estruturados.

Isso inclui a ampliação e adaptação da infraestrutura escolar, a disponibilização de materiais pedagógicos acessíveis e adequados às diferentes necessidades dos estudantes, bem como o fortalecimento de programas permanentes de formação e capacitação docente, com foco específico na educação inclusiva. Professores bem-preparados são agentes fundamentais na promoção de práticas pedagógicas que respeitam as diferenças e favorecem a aprendizagem de todos os alunos.

Além disso, a escola precisa se consolidar como um espaço dinâmico de reflexão crítica e transformação social, onde valores como empatia, respeito e solidariedade estejam presentes no cotidiano escolar. É por meio da construção de um ambiente sensível às múltiplas realidades dos alunos que se torna possível promover uma convivência verdadeiramente inclusiva.

O fortalecimento do vínculo entre escola, família e comunidade também se

apresenta como um elemento-chave nesse processo. Quando essas esferas atuam de forma integrada e colaborativa, cria-se uma rede de apoio mais eficaz, capaz de acolher, orientar e valorizar o estudante em sua totalidade, reconhecendo suas potencialidades e necessidades específicas.

Enfrentar os desafios da inclusão, portanto, demanda um compromisso coletivo e contínuo, que ultrapassa os limites da sala de aula e envolve todos os atores sociais implicados no processo educativo. Somente com a mobilização conjunta de educadores, gestores, famílias, comunidade e poder público será possível construir uma educação verdadeiramente democrática, que respeite a diversidade humana em todas as suas formas e assegure a cada estudante o direito pleno de aprender, desenvolver-se e participar de maneira ativa e digna na sociedade.

8. METODOLOGIA

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, com enfoque teórico e exploratório, fundamentada em revisão bibliográfica e documental. A escolha dessa abordagem se justifica pela necessidade de compreender, de forma aprofundada, os aspectos históricos, legais e pedagógicos que envolvem as políticas públicas voltadas para a educação inclusiva no Brasil.

A pesquisa bibliográfica foi conduzida a partir da seleção criteriosa de obras acadêmicas, tais como livros, artigos científicos, dissertações e teses que discutem a inclusão escolar, a legislação educacional e os desafios da prática pedagógica inclusiva. Também foram analisados documentos oficiais como o Plano Nacional de Educação (PNE), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), entre outros marcos legais relevantes para a construção de uma educação inclusiva.

A análise documental teve como objetivo identificar e interpretar diretrizes normativas, políticas institucionais e relatórios produzidos por órgãos governamentais, como o Ministério da Educação (MEC) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Esses documentos foram examinados à luz de referenciais teóricos da área da educação e dos direitos humanos, buscando compreender de que forma essas políticas vêm sendo implementadas e quais são os seus impactos na realidade escolar.

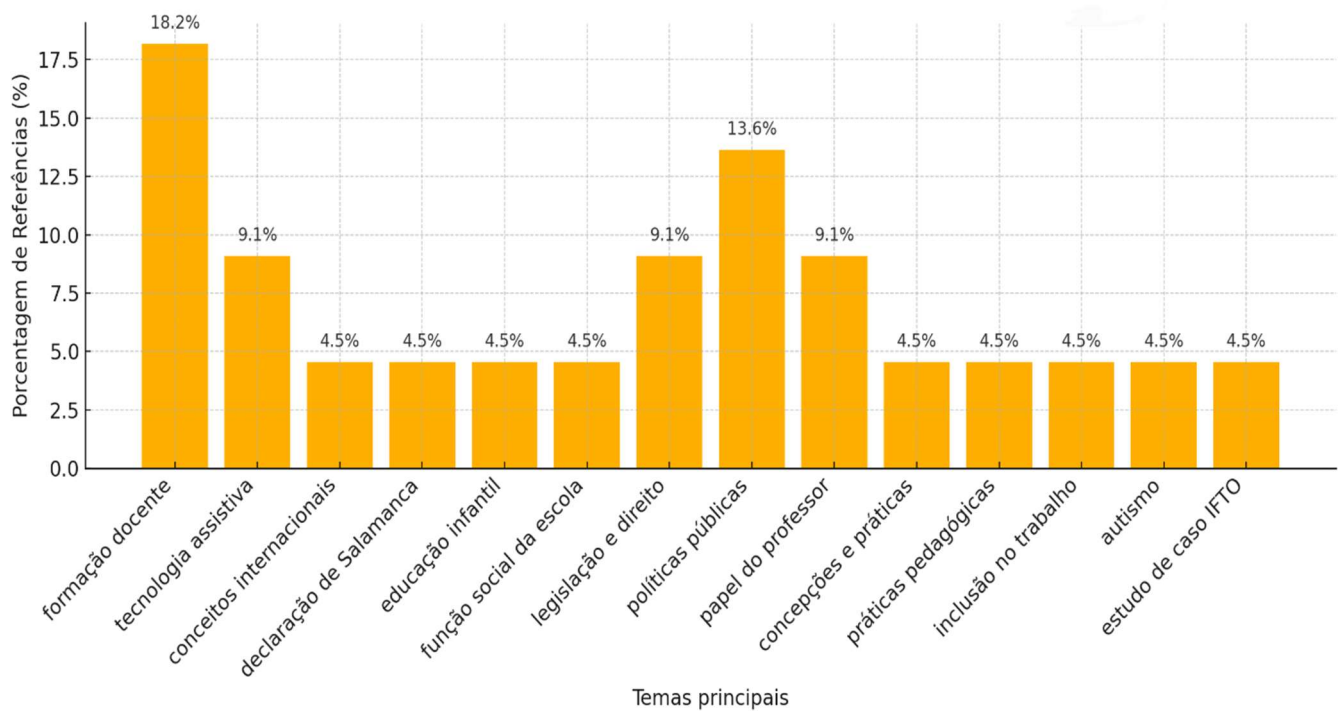
O método adotado fundamenta-se na análise de conteúdo, que permite estabelecer relações entre os dados coletados e os conceitos teóricos que embasam a pesquisa. A intenção é promover uma reflexão crítica sobre a efetividade das políticas inclusivas, considerando os avanços conquistados, os desafios persistentes e as implicações para a prática pedagógica.

Essa abordagem metodológica possibilita não apenas a sistematização do conhecimento existente sobre a temática, mas também a construção de um olhar analítico sobre como as políticas públicas têm contribuído — ou falhado — na promoção de uma educação que respeite a diversidade e garanta o direito à aprendizagem para todos

Além disso, para melhor ilustrar a frequência com que determinados temas são discutidos na literatura analisada, foi elaborado um gráfico comparativo com a distribuição percentual dos assuntos abordados. Os dados revelam, por exemplo, uma forte presença de trabalhos voltados à formação docente para a inclusão,

evidenciando a preocupação recorrente dos pesquisadores com a qualificação dos professores frente à diversidade educacional. Outros temas relevantes também se destacam, como o uso de tecnologias assistivas, a análise de políticas públicas e questões relacionadas à legislação e ao direito à educação inclusiva.

Figura 1 Distribuição Percentual dos Temas nas Referências Bibliográficas



Fonte: Próprio Autor 2025

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo abordar a temática da educação inclusiva no Brasil, com ênfase nas políticas educacionais que asseguram o direito à aprendizagem de todos os indivíduos, em especial das pessoas com deficiência. A partir da análise da Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e de outras legislações correlatas, foi possível compreender os avanços conquistados, os desafios persistentes e as lacunas existentes na efetivação de práticas inclusivas no âmbito escolar.

A pesquisa evidenciou que, apesar dos progressos legais e institucionais obtidos nas últimas décadas, ainda há entraves significativos de ordem estrutural, pedagógica e cultural que dificultam a concretização plena dos direitos educacionais previstos em lei. Entre os principais desafios, destacam-se a necessidade de formação continuada dos docentes, a oferta de recursos pedagógicos adequados e a promoção de uma cultura escolar que valorize a diversidade e o respeito às diferenças.

As reflexões desenvolvidas ao longo deste estudo reforçam a importância de políticas públicas que não apenas garantam o acesso à educação, mas que assegurem também a permanência, a participação e o aprendizado de todos os estudantes, em condições equitativas. Para isso, é imprescindível o envolvimento de todos os agentes do processo educativo — gestores, professores, famílias e a comunidade em geral — na construção de um ambiente escolar verdadeiramente inclusivo.

Como desdobramento futuro, sugere-se a realização de estudos empíricos que investiguem a aplicação das práticas inclusivas em diferentes realidades escolares, bem como a análise do impacto das políticas de inclusão na trajetória acadêmica e social dos estudantes com deficiência. Tais investigações podem contribuir significativamente para o aprimoramento das estratégias educacionais e para o fortalecimento de uma escola democrática e acolhedora.

Por fim, espera-se que este trabalho possa servir como instrumento de reflexão e incentivo à ação, colaborando para o fortalecimento do princípio de que a educação é um direito de todos, sem exceção, e que a inclusão escolar é um caminho essencial para uma sociedade mais justa, plural e solidária.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. S. Desafios da educação inclusiva: da formação à atuação docente na perspectiva inclusiva no Norte do Tocantins. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal do Norte do Tocantins, Araguaína, 2023.

ANTUNES, H. S. Educação inclusiva e formação de professores: desafios e perspectivas a partir do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. *Práxis Educativa*, p. 28, 2016.

BARBOSA, A. K. G. Educação inclusiva: reflexões sobre a escola e a formação docente. *Ensino em Perspectivas*, v. 2, n. 2, 2021.

BIAZUS, G. F. Uso da tecnologia assistiva na educação inclusiva no ambiente escolar: revisão sistemática. *Revista Educação Especial*, p. 16, 2019.

BONDAN, D. E.; WERLE, F. O. C.; SAORÍN, J. M. Educação inclusiva no Brasil e Espanha: discussão conceitual. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 115, p. 438–457, abr./jun. 2022.

BREITENBACH, F. V. Educação inclusiva: as implicações das traduções e das interpretações da Declaração de Salamanca no Brasil. 2016.

CARNEIRO, R. U. C. Educação inclusiva na educação infantil. *Práxis Educacional*, Vitória da Conquista, v. 8, n. 12, p. 81-95, jun. 2012. Dossiê Temático: Infância e Escolarização.

DAINEZ, D.; SMOKA, A. L. B. A função social da escola em discussão, sob a perspectiva da educação inclusiva. *Educação e Pesquisa*, p. 18, 2019.

DA SILVA, A. C. C.; DOS SANTOS PRAZERES, R.; JÚNIOR, R. M. R. O direito fundamental à educação inclusiva: uma análise legislativa em contraponto aos desafios para sua universalização. *Revista Acadêmica Online*, 2024.

DE CARVALHO MAGALHÃES KASSAR, M. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. *Educar em Revista*, p. 61–79, 2011.

DE LIMA, S. S. A Lei da Inclusão e o empoderamento das pessoas com deficiência. Belém: Editora da Universidade do Estado do Pará, 2017.

DE OLIVEIRA ROCHA, A. B. O papel do professor na educação inclusiva. *Ensaio Pedagógicos*, p. 11, 2017.

DOS REIS FERREIRA, R. A. As perspectivas da educação inclusiva. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

FILHO, I. S. P. et al. Práticas pedagógicas inclusivas no contexto brasileiro: desafios e perspectivas futuras. *Revista Caderno Pedagógico*, 2024.

FRIEDRICH, J. A. D. L. O papel do professor na educação inclusiva. *Revista Faculdade FAMEN*, 4 set. 2021.

MARTINS, M. Educação inclusiva no Brasil: um breve olhar sobre política educacional. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal da Fronteira Sul, [s.l.], 2022.

NEVES, L. R.; RAHME, M. M. F.; FERREIRA, C. M. R. J. Política de educação especial e os desafios de uma perspectiva inclusiva. *Educação e Realidade*, v. 44, n. 1, p. 21, 2019.

PEREIRA, A. C. C. Inclusão de pessoas com deficiência no trabalho e o movimento da cultura organizacional: análise multifacetada de uma organização. [S.l.: s.n.].

PRAÇA, É. T. P. de O. Uma reflexão acerca da inclusão de aluno autista no ensino regular. 2011. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Matemática) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.